

EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO: BUSCANDO CAMINHOS

Alex Lourenço dos Santos¹

Leonoura Katarina Santos²

Odelfa Rosa³

Resumo: A educação inclusiva tem se mostrado um tema emergente, quando lemos notícias sobre barbaridades que acontecem com crianças e jovens com deficiência dentro das escolas. No entanto, acreditamos que grande parte do problema vem da falta de investimento público em formação docente para atuação com pessoas com deficiência. Por essa razão, objetivamos discutir aqui a importância da atuação docente para uma educação inclusiva, não somente ao que tange crianças com deficiência, mas como esta deve funcionar para acolher todas as diferenças, de modo que não seja preciso destacar que uma criança tenha deficiência para que as suas dificuldades de aprendizagem sejam respeitadas e receba a devida atenção. Para tal, nos embasamos nossa metodologia em pesquisa qualitativa e bibliográfica, com enfoque na teoria da interação social de Vygotsky, que explica a importância da mediação do conhecimento do professor (a) em sala de aula. Assim, evidenciando que o primeiro passo para uma educação inclusiva é a interação com o outro - professor, colegas, coordenadores - de modo que esta seja construída coletivamente para um resultado positivo que reflita na sociedade atitudes de inclusão e respeito.

1.Introdução

No presente artigo, propomo-nos a discorrer sobre a história da educação sob a perspectiva das pessoas com deficiência⁴, o início, as leis e avanços, assim como as lacunas na legislação e suas execuções. Mesmo que haja progressos pelo qual podemos comemorar, há

¹ Mestre em Geografia / Professor da Rede Estadual de Minas Gerais. Fronteira (MG) – Brasil. E-mail: alex.lourenco@educacao.mg.gov.br.

² Universidade Federal de Catalão. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFCat/ Professora da rede particular de ensino de Catalão (GO). Catalão (GO) – Brasil. E-mail: leonourakatarina@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Catalão. Professora Dra. no Instituto de Geografia da UFCat. Catalão (GO) – Brasil. E-mail: rosaodelfa@gmail.com.

⁴ Durante todo o artigo, utilizaremos a terminologia “Pessoas com deficiência”, devido a um consenso dos conselhos das comunidades de com pessoas com deficiência; a escolha lexical é oficial desde 1990, pois acredita-se que o preconceito começa pela linguagem, quando falamos “Deficiente” ou “portador de deficiência” podemos reforçar a exclusão por dois pontos: i. Deficiente dá a tonalidade de invalidez, incapacidade, estereótipo que já foi reforçado por anos; ii. já portador de deficiência, indica alguém que porta algo, logo alguém que pode se desfazer daquilo que porta, como se se tratasse de algo temporário. Não utilizaremos siglas, porque acreditamos na objetificação do uso do processo de siglação para seres humanos.

também muitos direitos que não saem do papel. Aqui, discutiremos o papel do professor perante a essa realidade.

A partir da constituição de 1988, mais especificamente o artigo 208, é assegurado o direito à educação, isto é, falamos sobre a universalização da educação, de modo que a educação passa a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos, assim como passa a ser obrigação do governo garantir que o ensino para tal faixa etária seja gratuito. Obviamente, nosso foco serão as crianças com deficiência. Desde então, as leis foram se refinando cada vez mais, voltando-se especificamente para os direitos de inclusão da pessoa com deficiência, mas será que tais direitos realmente asseguram a imersão e permanência dessas pessoas no meio escolar?

Nesse trabalho, objetivamos mostrar os direitos assegurados pela lei às pessoas com deficiência, - exclusivamente na área da educação - e como esses direitos ainda não garantem que a educação voltada para esse público tenha qualidade. Todavia, mostraremos também como alguns professores encontraram formas de burlar a exclusão e garantir que os jovens com deficiência tenham a vida escolar o mais próximo possível das outras crianças, mesmo estando no ensino regular.

Para tal análise, nos embasaremos nos estudos de Vygostky e de Galvão Filho, sobre métodos e perspectivas do ensino para crianças e jovens com deficiência, assim como apontaremos os desafios das relações sociais no ambiente escolar para esses alunos. Assim, faremos um pequeno levantamento de crianças e jovens com deficiência - mental e física - e suas dificuldades para com o ensino regular.

2. A pessoa com deficiência através dos séculos

Tenciona-se aqui se mostrar minimamente a linha cronológica de como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas desde sociedades mais antigas até chegar à contemporaneidade, além, é claro, do desenvolvimento de tais discussões no Brasil. Vale ressaltar que não estamos, neste trabalho, apresentando tais aspectos de forma linear vigorosa, mostraremos apenas o mais importante da evolução para chegarmos ao campo da educação.

Inicialmente, na história antiga e medieval, as pessoas com deficiência tinham dois tipos de tratamento a rejeição e eliminação sumária, que leva a uma proteção assistencialista e

piedosa (GARCIA, 2011). Em sociedades como Roma antiga e Esparta, tanto plebeus quanto nobres tinham o direito de matar os filhos que nascessem com alguma deficiência. Como apontado Silva (1987, p.21): “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade”, parece uma afirmação de grande obviedade, no entanto, a questão relevante é que pessoas com deficiência sempre estiveram à margem da sociedade, sempre foram o mais invisibilizados possível.

A primeira sociedade antiga - que se tem registros - em que pessoas com deficiência ganhavam algum espaço a ponto de aparecerem em seus registros é o Egito Antigo, como nos mostra Garcia (2011):

A Escola de Anatomia da cidade de Alexandria, que existiu no período de 300 a.C. Dela ficaram registros da medicina egípcia utilizada para o tratamento de males que afetavam os ossos e os olhos das pessoas adultas. Existem até passagens históricas que fazem referência aos cegos do Egito e ao seu trabalho em atividades artesanais. (GARCIA, 2011, s/p)⁵.

Após os registros do Egito antigo, os próximos passos a apresentar uma melhora advêm do cristianismo, na época muitas doenças estavam se proliferando no Império Romano, a nobreza não se importava com o aumento da pobreza e enfermidades, no entanto a ideologia cristã começa a ser pregada, esta, por sua vez, pregava a caridade, humildade e amor ao próximo e, conseqüentemente, às pessoas com deficiência. Alguns documentos antigos até mostram a criação de hospitais voltada para os mais pobres e deficientes no século IV.

A seguir, as próximas mudanças relevantes que houveram, partiram dos séculos XV e XVII, quando houve um grande avanço do humanismo e da ciência, tendo uma mudança significativa na vida de pessoas com deficiência:

O período conhecido como “Renascimento” não resolveu, naturalmente, esta situação de maneira satisfatória. Mas, sem dúvida, ele marca uma fase mais esclarecida da humanidade e das sociedades em geral, com o advento de direitos reconhecidos como universais, a partir de uma filosofia humanista e com o avanço da ciência. (GARCIA, 2011, s/p).

Obviamente, após anos de construções sociais negativas relacionadas a pessoas com deficiências, a desmontagem de tais estruturas não ocorreu do dia para a noite. Ainda nesses séculos, vários mitos ainda percorriam sobre pessoas com deficiência como, por exemplo, de

⁵ Fonte: site Bengala legal

que seriam uma maldição, fruto de um castigo aos pais ou à família, havia a chamada “higienização da sociedade”, pessoas com deficiências - principalmente mentais - eram afastadas da sociedade e exiladas em instituições manicomiais, as demais pessoas deficientes que restavam “livres”, eram consideradas inválidas ou como eram chamados “incapacitados”.

Em 1948, foi constituída a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que designa:

O ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Apesar da declaração Universal dos direitos humanos, no Brasil, somente em 1970 é que se passou a discutir sobre integração social por meio da implementação de políticas de integração escolar e laboral. E “Em 1978, através da emenda da Constituição Brasileira, garantiu-se aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica sob a educação especial e gratuita” (AZEVEDO, 2013, s/p), a partir daí a constituição passou a ser um pouco mais efetiva na vida de pessoas com deficiência, de modo que, mesmo que de forma lenta, a inclusão passou a se tornar real. No ano de 1991 foi implantada a lei de cotas (**Lei 8213/91**) que determinou como obrigatória a contratação de pessoas deficientes, no entanto, as empresas encontravam certa dificuldade para cumprir à lei devido à baixa escolaridade e falta de instruções de pessoas com deficiência, na época em que a lei foi implementada - não que hoje haja uma enorme diferença, porém já houve um avanço.

Desde as datas citadas acima, várias novas leis foram implementadas ou retificadas com relação aos direitos e deveres de pessoas com deficiência, principalmente com relação à educação, visto que os pais de crianças com deficiência, hoje são mais cobrados quanto à inserção de seus filhos na Educação Básica. Contudo, a lei garante a inserção no espaço físico, entretanto, não investem na capacitação especializada dos profissionais que irão trabalhar com essas crianças, como podemos ver no trecho de reportagem abaixo:

Na semana passada, uma mãe de Belo Horizonte relatou pelo Facebook que o filho dela, de 9 anos, foi deixado na escola enquanto a turma tinha ido para o cinema. João, que tem paralisia cerebral e se locomove em cadeira de rodas,

ficou das 7h às 11h20 circulando pelos corredores da escola municipal na companhia do cuidador dele, segundo a publicação. (HONORATO, 2017,p.1).

Essa reportagem é uma de várias que podemos encontrar na rede sobre exclusão de crianças deficientes no meio escolar. Os profissionais da educação brasileira - em sua maioria - não são capacitados para lidar com uma criança deficiente em sala de aula, então, situações como essa são comuns, não simplesmente por insensibilidade como possa parecer, mas por déficit de investimento para o aperfeiçoamento desses profissionais com relação aos alunos com deficiência.

No entanto, como salientado por Eduardo Galeano (s/d, s/p), "Somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudar o que somos", sendo assim, acreditamos que, apesar das dificuldades em torno do apoio dos órgãos públicos, somos capazes de fazer a diferença na vida dos nossos alunos, como veremos agora através de experiências de professoras que conseguiram driblar o sistema educacional segregador.

3. Metodologia

A metodologia da pesquisa ocorreu por meio de pesquisa qualitativa e bibliográfica pautada na análise de livros, teses, revistas, dissertações e jornais. Embasada em autores como: Garcia (2011), Freitas (2012), Menezes (2012), Vygotsky 1984;1987) e dentre outros.

4. Resultados e Discussão

Vygotsky, embora com nomenclaturas discutíveis atualmente, em sua obra nos aponta caminhos possíveis para a educação de uma criança com deficiência. Para ele, mais importante do que o foco na deficiência do aluno, era conhecer suas manifestações e interações no ambiente social, pois estas são de enorme importância para reorganizar questões sócio-psicológicas do indivíduo e pensar em práticas que o estimulem. Para o autor:



O trabalho pedagógico não tem que incidir sobre a falta da visão, mas no como compensar essa falta. [...] Na argumentação desse autor sobre as escolas especiais para surdos, a maneira como eram estruturadas só fazia manter e acentuar o problema de surdez dessa clientela, jamais contribuindo para sua superação. (BENTES, 3010, p. 3).

Ainda sobre os escritos de Vygotsky, ressaltamos que a principal base para o seu trabalho era a interação social, ele define a mediação professor-aluno como essencial para a aprendizagem, mas também a mediação do professor para a leitura de mundo, desde a relação com os colegas de sala até a sociedade, “O aluno, como o sujeito que aprende; o professor como mediador; a cultura, os signos como ferramentas a serem empregadas. O princípio que regula a dinâmica implícita nessa trama conceitual é a interação social” (VYGOTSKY, 1987, p. 161).

Pensando nessa perspectiva, apresentaremos e discutiremos o trabalho da professora do Eloilla Menezes: O papel do professor no processo de inclusão. Neste trabalho, a autora mostramos a importância do professor na educação inclusiva, a relevância da interação entre os alunos e do diálogo entre as suas diferenças:

Ao analisar as questões educacionais da sociedade atual, um dos focos de discussão diz respeito às muitas dificuldades que a pessoa com necessidades educacionais especiais enfrenta na organização de uma sociedade orientada por padrões. Percebe-se que a falta de condições para adequar a estrutura social à diversidade humana vitimiza a pessoa com deficiência. Faz-se necessário assim, repensar a organização social, educacional e das políticas públicas para a promoção da educação das pessoas com necessidades especiais na intenção de atender a toda complexidade da diversidade humana. (MENEZES, 2012, p. 9).

Eloilla Menezes problematiza a segregação a partir de “escolas especiais” feitas apenas para crianças com deficiências, por outro lado, ela aponta que a mescla entre crianças deficientes e não deficientes exige maior atenção para que não haja uma exclusão ainda maior do que a já existente, isto é, ela nos alerta para a atenção necessária de cada aluno - o que é subjetivo - e, também, para a o cuidado essencial com a interação social desse aluno no espaço escolar, afinal as outras crianças podem ter dois tipos de atitude, se afastar daquilo que não conhecem, ou dar atenção excessiva, nenhum dos dois casos deixaria à vontade a pessoa com deficiência. Logo, a inclusão também parte de que formas a escola ensina seus alunos a lidarem com a diferença, de que forma a escola trabalha as diferenças.

Assim, ajuda-nos também os estudos de Nely Freitas, onde ela expõe as ações possíveis dentro das atividades docentes em prol da educação inclusiva:

crianças com necessidades educativas especiais necessitam de ações mediadas, dos agentes mediadores, da postura de mediação do professor, sempre em interação com crianças sem necessidades educativas especiais. Na medida em que esse processo se consolida, alunos sem necessidades educativas especiais tornam-se também mediadores para seus colegas com necessidades educativas especiais, e a educação se reconfigura. (FREITAS, 2008, p. 330).

Entendemos, então, que a principal chave para o sucesso da educação infantil inclusiva é a interação social. A aprendizagem depende de todo o ambiente em que ela se realiza, deste modo, é imprescindível a interação com os colegas de classe. A mediação do professor é fundamental para que esse contato ocorra do modo mais benéfico possível. Exigindo um cuidado especial no que tange o subjetivo e o coletivo dentro da sala de aula, pois “Os signos passam a ser compartilhados pelos membros do grupo social, permitindo a comunicação entre os indivíduos e a interação social” (VYGOTSKY, 1984, p. 102).

Menezes (2012) ainda destaca a imprescindibilidade de a escola dar certa autonomia para que o/a professor/a trabalhe com os alunos da forma que ela perceber trazer mais resultados para toda a turma, partindo, é claro, do pressuposto que o docente conhece o potencial e dificuldade de cada um dos seus alunos. Assim, entendemos que “A ação educativa para ser eficaz, precisa reconhecer a importância do atendimento individual às necessidades do educando, incluindo a utilização de recursos didáticos específicos que sejam necessários à concretização do desenvolvimento dos ANEEs⁶” (MENEZES, p. 33, 2012).

A autora reforça, então, que uma educação inclusiva não depende apenas dos professores ou da escola, é necessário um conjunto de ações para que uma escola seja de fato inclusiva e o indivíduo se sinta integrado a ela. Em um resumo, é necessário políticas públicas de investimento em acessibilidade, na formação de professores, tal como é preciso haver mudanças metodológicas educacionais e implementação de ações compartilhadas e práticas colaborativas para (re)educação dos alunos para aceitação das diferenças como algo natural - nem ruim, nem passível de “estrelismo”, porque “A questão fundamental se tratando de ANEE

⁶ Alunos com necessidades educacionais especiais.

é o respeito à diversidade” (MENEZES, p. 33, 2012), esse deve ser o principal foco da escola inclusiva.

Outro ponto relevante neste trabalho é que o professor não deve ser “o provedor do conhecimento”, mas o mediador do conhecimento. A diferença entre estes, é que o professor se desloca da posição de superior, de uma autoridade que impõe um conteúdo, um material, uma forma de aprender e desconsidera a bagagem cultural e intelectual do aluno, e se torna o sujeito que auxilia o aluno a alcançar o conhecimento da forma que seja mais efetiva para o aluno, e também não desconsidera a bagagem social do aluno. A autora não expõe isso necessariamente aos alunos deficientes, muito pelo contrário, ela defende que uma educação inclusiva não deve ser voltada para o aluno deficiente, mas para as dificuldades de cada aluno independente da sua condição social (não se trata aqui de uma condição financeira) seja superada, de modo que todos alcancem bons resultados ao fim do ano letivo, o que não imprescindivelmente signifique boas notas, mas um avanço do aluno tanto nas disciplinas quanto em suas limitações sejam elas quais forem.

Por fim, faz-se pertinente mostrar parte da pesquisa de campo feita pela autora, que é sobre o processo de inclusão nas salas de aula do Distrito Federal, Menezes (2012, p.43) ressalta que:

A fim de compreender a percepção dos professores da secretaria de educação do Distrito Federal, foi escolhida uma de suas regiões administrativas, para ser realizada a pesquisa de campo. A escolha das escolas foi com o objetivo de mostrar como as escolas que possuem salas de recursos estão contribuindo para que a inclusão seja realizada de fato, o papel do professor nesse processo e se dentro das escolas ele possui suporte para que seja o facilitador no processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais. (MENEZES. 2012, p.43).

A metodologia adotada pela autora foi observação e questionários com perguntas direcionadas a algumas professoras da rede pública que contém alunos deficientes, assim como com coordenadoras e demais responsáveis pela educação inclusiva dos colégios escolhidos. A autora faz uma ressalva sobre sua experiência nas escolas:

Os vínculos de amizade, companheirismo, respeito e solidariedade, foram de tão grande importância quanto conhecimento acadêmico. De nada vale todo o estudo, todo o conhecimento científico do mundo, se não me conheço, se não conheço aquele que está do meu lado. (MENEZES, 2012, p.46).

Os objetivos gerais de sua pesquisa de campo foram: “Investigar possíveis dificuldades enfrentadas pelos professores na inclusão de alunos com deficiência” (MENEZES, 2012, p.49).

Quanto aos objetivos específicos:

Discutir como deveria ser a formação do professor para atender as necessidades educacionais destes alunos e a dedicação dos professores em continuar a sua formação; discutir a posição do professor com relação ao processo de inclusão e quais atitudes os professores tomam para que este processo seja realizado de fato. (MENEZES, 2012, p.46).

Os resultados obtidos através de sua pesquisa de campo, foi (de forma generalizada, mas não inconsistente) que as professoras que atuam como mediadoras de alunos deficientes, têm entre 30 e 57 anos, algumas encontram dificuldade de aceitação e apoio da diretora e outras professoras não participantes do projeto, neste sentido, ela percebeu que as professoras que, no colégio, apenas dão aula não tem um diálogo ativo com as professoras da sala educacional de reforço aos alunos com deficiência, como é possível ver nesta fala da professora de uma das escolas em observação: “Costumo dizer que a inclusão de fato só ocorre para o professor regente, sinto-me sozinha em relação ao próprio sistema que não dá suporte aos professores para garantir a efetiva aprendizagem de todos os alunos” (MENEZES, 2012, p.43).

Como um todo, a questão recorrente em todas as escolas é que falta parceria e disponibilidade entre família e demais professores. Apesar de tudo, todas as professoras entrevistadas concordam com a inclusão e afirmam que a diversidade é um privilégio para a educação. Além disso, a autora confirma que o trabalho que é efetuado com as crianças, com certeza, faz a diferença na vida delas. Observando o relato, é possível perceber a estruturação da escola inclusiva, desta forma compreendemos que:

A escola inclusiva constrói-se. Depende de enquadramento legislativo que lhe dá suporte, mas só se consolida com a prática dos atores que a implementam, que está, por seu lado, intimamente ligada não apenas ao saber-fazer, mas também à atitude com que se perspectiva. (MENEZES, 2011, p. 120).

Assim, entendemos que o professor ainda é uma das bases do alicerce para a educação inclusiva, pois como observamos, mesmo quando há pouco apoio ou nenhum, alguns professores (a) ainda são capazes de lutar por um mundo melhor, assim como de nada adiantaria

qualquer investimento e apoio se não haver algum professor interessado no bem-estar e inclusão dos alunos com deficiência.

3. Considerações Finais

Nesta análise foi possível perceber o quanto houveram avanços no Brasil e no mundo com relação ao como pessoas deficientes estão inseridas em nossa sociedade, no entanto, também é possível perceber o quanto ainda há mudanças a serem feitas. Visto que a educação é a base para a maior parte das conquistas sociais de qualquer indivíduo, devemos olhar para esta, primeiro como um alicerce para o avanço da igualdade.

A inclusão é muito mais do que a partilha do espaço físico e não depende apenas do professor em sala de aula, assim, faz-se necessário refletirmos como nós como cidadãos apoiamos a causa da inclusão, seja como professor, como parentes de uma criança com deficiência, ou parentes de uma criança que tem um colega com deficiência. Não basta criticar as estruturas se nós não dermos os primeiros passos dentro da parte que nos cabe como educadores.

É pertinente lembrar que, embora o trabalho seja voltado para pessoas deficientes, quando falamos de educação inclusiva, falamos de todos os alunos e não apenas os que possuem alguma necessidade escolar em especial, isto é, para auxiliar na educação inclusiva não precisamos necessariamente estar ligados a uma criança deficiente, todo aluno tem suas limitações e facilidade com determinado método de abordagem, novamente ressaltamos que educação, mesmo a escolar, não é uma obrigação apenas do professor, ter uma criança em sua vida indica que, independentemente da escola em que ela estuda, ela sempre precisará do atenção de um adulto em casa.

As práticas educacionais percorrem a sociedade em todas as suas perspectivas, desde programas televisivos a gibis, de como trata seu animal de estimação a como interage com seu vizinho, melhor dizendo, todas as interações sociais se constituem em uma vivência que irá afetar o outro, positivamente ou negativamente, e, partir disso, podendo influenciar a práticas de vida de terceiros. Por isso é crucial que, mesmo que não estejamos diretamente ligados à educação, tenhamos ações que tenha algo de positivo a acrescentar no mundo.

Deste modo, entendemos que a interação social apontada por Vygotsky como essencial na educação, é ainda mais essencial na sociedade, isto é, a forma que uma criança se porta em sala de aula é um reflexo direto de como ela se porta fora da escola, de como ela é tratada e de como ela é educada. Neste sentido, vemos um desafio iminente ao professor: mediar as relações sociais para além das práticas sociais que os alunos trazem de casa, ou seja, combater os preconceitos através da convivência com as diferenças. A missão é transformar a sala de aula num espaço para todos, não somente um espaço que caibam todos.

"Somos diferentes, mas não queremos ser transformados em desiguais. As nossas vidas só precisam ser acrescidas de recursos especiais".

-Peça de teatro: Vozes da Consciência.

Referências

AZEVEDO, Leide. **Histórico da conquista dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil.**

Site: Portal educação, 2013. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/historico-da-conquista-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-no-brasil/47726>>. Acesso em 10 set. 2020.

BENTES, Nilda de Oliveira. **Vigotski e a educação especial: notas sobre suas contribuições.**

Pará: Revista Cocar, 2010.

FREITAS, Nely Klix. Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos.

Ensaio: Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 323-336, jul./set. 2008

GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo. Site: **Bengala**

Legal, 2013. Link: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>>. Acesso em 10 set. 2020.

HONORATO, Ludimila. Menino com deficiência é deixado na escola enquanto colegas vão a passeio. Site: **Estadão**, 2017. Disponível em: <
<https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,menino-com-deficiencia-e-deixado-na-escola-enquanto-colegas-vaio-a-passeio,70001972588> >. Acesso em 20 set. 2020.

MENEZES, Eloilla Mirtes da Costa. **O papel do professor no processo de inclusão**. Brasília: Portal Mec arquivos, 2012.

Peça de teatro: **Vozes da Consciência**.

SILVA, Maria Odete Emygdio. Educação inclusiva: o novo paradigma da escola. Lisboa: **Revista Lusófona**, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.